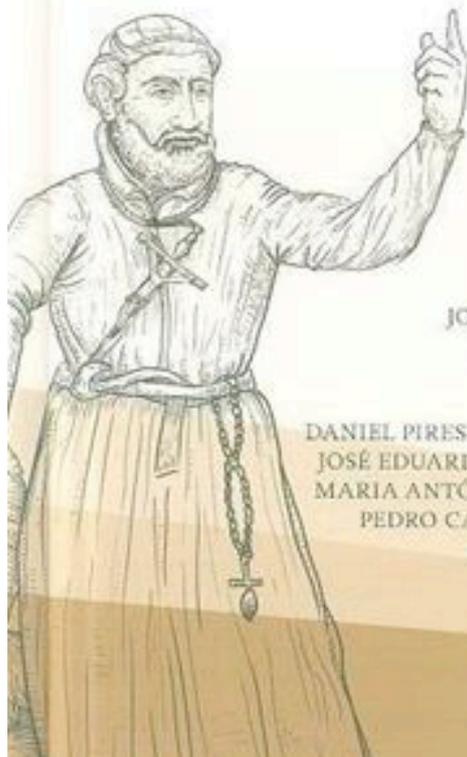




Obras Pioneiras

da Cultura
Portuguesa

Primeiros textos
sobre igualdade e
dignidade humanas



DIREÇÃO
JOSÉ EDUARDO FRANCO
CARLOS FIOLEAIS

COORDENAÇÃO
DANIEL PIRES • FERNANDO AUGUSTO MACHADO
JOSÉ EDUARDO FRANCO • MARGARIDA SEIXAS
MARIA ANTÓNIA LOPES • PAULO DE ASSUNÇÃO
PEDRO CALAFATE • RICARDO VENTURA
SUSANA ALVES-JESUS

Círculo-Leitores

Como citar: Lopes, Maria Antónia, “Da igualdade entre os sexos e da opressão das mulheres: alegações de uma portuguesa em 1715” in *Primeiros textos sobre igualdade e dignidade humanas*, coordenado por Daniel Pires, Fernando Machado, José Eduardo Franco, Margarida Seixas, Maria Antónia Lopes, Paulo de Assunção, Pedro Calafate, Ricardo Ventura e Susana Alves-Dias (vol. 14 de *Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa*), Lisboa, Círculo de Leitores, 2019, pp. 60-66.

Da igualdade entre os sexos e da opressão das mulheres: alegações de uma portuguesa em 1715

Paula da Graça, *Bondade das mulheres vindicada e malícia dos homens manifesta*

O folheto de seis páginas *Bondade das mulheres vindicada, e malícia dos homens manifesta. Papel métrico, e apologético, em que se defende a feminina inocência, contra outro em que injustamente se argui a sua maldade, com o título de Malícia dos Homens* [sic] composto pelo zelo de Paula da Graça, natural da vila de Cabanas e assistente nesta corte foi publicado em Lisboa, na oficina de Bernardo da Costa Carvalho, em 1715. Será reeditado três vezes: em 1741 e 1743 pelos prelos de Pedro Ferreira e em 1793 por António Gomes, todos em Lisboa.

Já vários estudiosos se referiram e comentaram esta obra de Paula da Graça: António Salvado em 1972¹, Violeta Crespo de Figueiredo em 1979², Mário Cesariny em 1983³, Regina Tavares da Silva em 1986⁴, eu própria em 1987/1989⁵, Miguel Reboredo Marques em 2007⁶, Fina d’Armada em 2008⁷, Betina dos Santos Ruiz em 2009⁸, Vanda Anastácio em

¹ *Antologia da poesia feminina portuguesa*, Fundão, Jornal do Fundão, 1972.

² “Papéis volantes do século XVIII - 5. Mulher”, *História* 5, 1979, pp. 54-64.

³ *Horta de Literatura de Cordel* [Antologia], Lisboa, Assírio & Alvim, 1983.

⁴ “O tema ‘mulher’ em folhetos volantes portugueses” in *A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais*, vol. II, Coimbra, Instituto de História Económica e Social da FLUC, 1986, pp. 39-54.

⁵ *Mulheres, espaço e sociabilidade. A transformação dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias (segunda metade do século XVIII)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989 (publicação de tese de Mestrado de 1987).

⁶ “‘Não são femeas, ou machos as almas com distinção’: estratégias de valorização da mulher em papéis volantes setecentistas”, *Portuguese Studies Review* 13 (1), 2005 (2007), pp. 305-329.

⁷ *O livro feminista de 1715. O primeiro grito revolucionário*, Rio Tinto, Evoluta Edições, 2008.

2013, 2015⁹, Luísa Marinho Antunes em 2014¹⁰. Fina d'Armada empregou um grande esforço procurando perceber quem foi Paula da Graça e empenhou-se na análise minuciosa e na divulgação deste texto pioneiro. Contudo, a falta de um rigoroso conhecimento da época, em particular do seu vocabulário (mas não só), conduziram-na a conclusões incorretas que outros repetiram.

Nada sabemos sobre a autora, além do que diz no título da obra e no texto: que o seu nome é Paula da Graça, nascida na vila de Cabanas e residente em Lisboa, que é solteira por vontade própria (“Sempre foi o mais perfeito / o estado do celibato. / Eu nunca a outro achei jeito. / Procedi bem no meu trato; / sempre vivi com respeito”) e de idade avançada (“às velhas desta idade”; “ainda que eu já seja antiga”). Como até agora não se localizou qualquer documento que ateste a sua existência, teremos de nos interrogar sobre a veracidade de todos esses dados, incluindo se se tratava, de facto, de uma mulher. Nada, porém, indicia que o não fosse e tanto a ênfase dos argumentos como o tom de sentida irritação utilizado apontam para autoria feminina. Pela data da publicação, nasceu no século XVII e, segundo Vanda Anastácio, faleceu em 1730¹¹.

Fina d'Armada acredita que o nome de Paula da Graça é pseudónimo. Talvez, mas por enquanto não é possível comprová-lo. Podemos afirmar, isso sim, que nos séculos XVII e XVIII não existia nenhuma vila de Cabanas, porque Cabanas de Viriato (agora no concelho de Carregal do Sal) e Cabanas de Torres (atual concelho de Alenquer) eram freguesias mas sem título de vilas. Quanto a Cabanas de Tavira, nem freguesia era nessa época. Trata-se, portanto, de uma vila fantasiada, carecendo de sentido as hipóteses que Fina d'Armada teceu sobre o local de nascimento da autora. Ora este não-lugar pode muito bem corroborar a ficção do nome. E talvez fosse exatamente essa a mensagem que se queria transmitir.

⁸ *A retórica da mulher em polémicas de folhetos de cordel do século XVIII. Os discursos apologéticos de Paula da Graça, Gertrudes Margarida de Jesus, L. D. P. G. e outros nomes (quase) anónimos*, Porto, tese de Mestrado em Estudos Literários, Culturais e Interartes apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009.

⁹ *Uma antologia improvável. A escrita das mulheres (séculos XVI a XVIII)*, Lisboa, Relógio d'Água, 2013 – nas pp. 186-199 transcreve integralmente a obra; e “Notes on the *Querelle des femmes* in Eighteenth-Century Portugal”, *Portuguese Studies* 31 (1), 2015, pp. 50–63.

¹⁰ *A malícia das mulheres. Discursos sobre poderes e artes das mulheres na cultura portuguesa e europeia* [da Antiguidade ao século XX], Lisboa, Esfera do Caos, 2014. Transcreve parcialmente a obra nas pp. 179-183 com erros de leitura e omissões de trechos fundamentais.

¹¹ *Uma antologia improvável...*, cit., p. 186. Não é facultada a abonação da data.

Violeta de Figueiredo e Mário Cesariny supõem que Paula da Graça era freira, mas no seu texto nada aponta nesse sentido. Muito pelo contrário, se o que afirma sobre ela própria tem alguma correspondência com a realidade. Por sua vez, Fina d'Armada, desconhecendo que a palavra corte também significava capital de um país, concluiu que se tratava de uma alta aristocrata da corte do rei D. João V e D. Maria Ana de Áustria, em cujo paço residia. A opinião é seguida por Betina Ruiz, mas nada, absolutamente nada, a permite sustentar. Surpreender-me-ia muito, aliás, se assim fosse.

Como o próprio título da *Bondade das mulheres* explicita, pretendia a autora refutar as asserções profundamente misóginas do quinhentista Baltazar Dias na sua conhecida *Malícia das mulheres*, folheto cuja primeira publicação de que se tem notícia data de 1640. Foi reeditado em 1713 e é decerto a essa publicação que Paula da Graça se refere. Trata-se de um repositório que repete os conhecidos estereótipos negativos das mulheres, veiculados há séculos pelas elites intelectuais gregas, romanas, judias e cristãs, repisados e decantados na cultura erudita e popular e que podemos condensar assim: todas as mulheres são perversas e tolas, carecendo, por isso, de ser apartadas dos homens e governadas com mão firme, para bem de todos, incluindo delas próprias. Neste século XVIII retomava força a *querelle des sexes*, nascida no Renascimento e ciclicamente ressuscitada. É nesse ambiente que se insere a *Bondade das mulheres*. Não pretendendo repetir o que já foi explicado, remeto o leitor para a minha Introdução ao *Espelho de casados*, no volume 3 desta coleção.

A *Bondade das mulheres* é uma composição de 72 quintilhas¹² com versos de sete sílabas métricas (redondilha maior) e rima a/b/a/b/a, exatamente a mesma forma usada na *Malícia das mulheres*. Talvez Paula da Graça quisesse demonstrar a sua superioridade na arte poética. E que versificava com destreza, é um facto. Os seus versos são espontâneos e ágeis sem perderem capacidade argumentativa e sarcástica, apesar dos entraves da métrica e das rimas – opinião que partilho com Fina d'Armada.

Dirigindo-se às mulheres no prólogo (“Minhas leitoras”), a autora anuncia que vai refutar um folheto que há muitos anos a irritava. E fá-lo-á de forma inteligente, percorrendo todos os argumentos de Baltazar Dias, por vezes com recurso aos mesmos autores ou situações descritas na *Malícia*, e rebatendo-os um a um. É na qualidade de procuradora de todas as

mulheres, diz, que vai reconvir, isto é, que vai redigir uma reconvenção, ação legal em que um réu contra-argumenta as acusações que lhe fazem. Paula da Graça recorre, portanto, à linguagem processual jurídica porque, alega ela, por direito natural a todos é legítima a defesa.

Mas nesses tempos em que todas as publicações eram lidas por três entidades censórias – a Inquisição, a Coroa e o Bispo – Paula da Graça, como todos os que escreviam, tinha de proceder com as cautelas que lhe consentiriam a edição. E por isso afirma que escreve para o povo e que só dos homens do povo irá troçar, nunca “[d]aqueles que devemos respeitar por senhores, por doutores e por juízes”. Acrescenta ainda um argumento de peso: S. Tomás de Aquino aprova a jocosidade honesta, como é a dela, que usa graças que permanecem sempre dentro de limites, mais apertados, salienta, do que os da *Malícia das mulheres*. A autora insere, pois, aqui uma alegação subentendida: lembra aos censores que aprovaram essa obra de chistes mais pesados.

Inicia os versos com a narradora a dirigir-se a uma jovem que lhe pedira conselho sobre se devia ou não casar-se. Ora, o casamento é perigoso porque os homens enganam, são lobos com vestes de cordeiro que logo a retiram depois de se casarem. E é apenas para que não se perceba isso que tanto denigrem as mulheres, como se faz na “declamação” que agora se anda a vender. Não devia ser ela, que é velha, a contestar o arrazoado, mas vem a propósito (“a pé de cantiga”) nesta consulta que a jovem lhe faz.

Começa então a sua linha argumentativa contra a *Malícia das mulheres* atacando as capacidades do autor, que é péssimo poeta (“poeta do chão a trovar com um doutor”) e por isso, a avaliar por tais dotes, facilmente se pode aquilatar do valor dos seus argumentos (“Esta é a prenda de poeta, / vede no mais que seria”). Salienta, porém, que há outros autores muito superiores em arte que dizem o mesmo das mulheres e que não houve nenhum a contestar o tal “poeta de farrapos”. Sendo assim, a sua reconvenção é dirigida a todos, a esses “senhores homenzarrões”.

Concorda, com ironia, que há homens “toleirões”, a avaliar pela personalidade dos maridos enganados na peça de Baltazar Dias. Também admite que as duas personagens esposas eram levadas da breca, mas logo acrescenta divertida: se os maridos eram tão patetas,

¹² Na 1ª edição a estrofe nº 33 é uma quadra. Foi corrigida nas seguintes.

que podiam e deviam elas fazer? Até seria maldade não os envergonhar, porque os tolos precisam de ser castigados para aprenderem.

Todavia, se esses casos existem, são de pouca importância. O que pretende é expor os defeitos dos homens, muito mais graves do que as travessuras de que acusam as mulheres. As esposas padecem nas mãos dos maridos: são ciumentos, desconfiados, ingratos, violentos, criticam tudo o que elas fazem, têm amantes, estão sempre mal-humorados, acusando-as de tudo – “atrocidades”, “destemperos”, “terríveis e feros”, “bárbaros[s] e bruto[s]” são palavras que não hesita em usar. Deixando esta questão para não envergonhar mais os homens sobre os seus comportamentos, alega que em muitos doutos tratados foram referidas mulheres que se destacaram em muitos domínios, mas os autores ocultam tais referências citando apenas os que são de opinião contrária. Aflora aqui a questão da responsabilidade dos escritores e da importância do acesso à autoria. Porque a verdade é que “não são fêmeas ou machos / as almas com distinção” e só mesmo os muito néscios podem discordar disso – mas néscios que publicam.

Quanto aos cuidados e gastos excessivos das mulheres com o vestuário, que era outra das acusações da *Malícia*, considera preferível que os homens não reclamem e que lhes deem o que elas querem. E vai agora ao fundo da questão, referindo com uma clarividência notável as razões desse comportamento:

“Quais são os equivalentes / empregos que a nós nos dão / para ficarmos contentes? // nenhuns; porque todo o gosto / de um reino se dá a um varão. / Se nos limitais o gosto / ao enfeite, que razão / há de lançar-no-lo em rosto?// Se a república nos dera / o mesmo que a vós vos dá, / vossa mulher vos trouxera / cobertos de tafetá, / de ouros e primavera // Mas se só nos destinastes / os cortejos e atavios, / sustentai o que criastes, / não busqueis inda desvios / ao pouco que não tirastes.”.

Depois rebate as críticas sobre “a fala, o riso, a alegria” das mulheres: “se em nossas casas falamos, / é que temos que dizer, / em nada disto pecamos”.

Conclui, portanto, que nada do que os homens escreveram sobre o comportamento das mulheres é passível de ser censurado e só o fazem para ocultar as suas próprias maldades. Finaliza voltando a dirigir-se à interlocutora inicial, a jovem que lhe pedia conselho sobre se devia aceitar um pedido de casamento. E diz-lhe taxativamente que casar é entrar num “tirano estado” e por isso deve manter-se celibatária como ela própria fez, vivendo respeitada. Que recuse o pedido e não se importe com a opinião de ninguém. Chega,

finalmente, à conclusão que “sempre foi o mais perfeito o estado do celibato” para que a mulher viva sossegada, respeitada e à sua vontade.

O que acabou de se resumir e apreciar revela uma autora competente, que escreve com graça e facilidade de versificação, capaz de observar criticamente o seu tempo com as suas práticas e valores, dotada de poder argumentativo, incluindo o recurso ao sarcástico de alguém informado que zomba de arrazoados vulgares e ignorantes. Mas foi Paula da Graça uma feminista e o seu folheto o primeiro livro feminista? Ainda não, no verdadeiro sentido da palavra. Volto a recordar que ser feminista é perfilhar uma mundividência em que a personalidade e o valor de alguém são apreciados independentemente do seu sexo, sendo reconhecido a todas e todos o direito à autodeterminação, o que impossibilita conceber, praticar e aceitar comportamentos e papéis sociais, públicos e privados, determinados pelo sexo a que se pertence (essencialismo vocacional).

Se é inegável que Paula da Graça tem consciência de que as mulheres casadas constituem um grupo específico e que a sua situação é injusta e, além disso, repudia sem reboços uma avaliação negativa das mulheres no seu todo, que era a estereotipia dominante no seu tempo, é ambivalente na caracterização e avaliação da personalidade em função do sexo. De facto, por um lado, afirma desassombrada que “não são fêmeas ou machos / as almas com distinção”, mas, por outro, proclama que as mulheres detêm traços de personalidade que lhes são próprios e moralmente superiores aos dos homens. Além disso, o que é fundamental, não questiona a sujeição da mulher casada ao seu marido, o que, na verdade, seria quase impensável na época porque significaria contestar o que se ensinava ter sido determinado por Deus. Leia-se: “Nada argui contra nós / o que achais no Génesis, / pois se sujeitas a vós / Deus assim fazer nos quis, / foi por não ficardes sós.”.

Fina d’Armada considera que Paula da Graça faz tal afirmação apenas para que o seu texto passasse na censura¹³, mas não creio. Contudo, embora aceite a sujeição da esposa ao marido, para Paula da Graça a situação decorre unicamente da vontade de Deus e não da inferioridade básica da mulher, que recusa frontalmente. Retomo a reflexão feita na Introdução à obra de Rui Gonçalves, neste mesmo volume, porque em 1715 a sociedade

ainda se via e compreendia como um corpo humano constituído por órgãos com funções e preeminências distintas. Sociedade que, tal como o corpo, para ser saudável e harmoniosa carecia do bom funcionamento de cada órgão apenas na sua função específica, o que requeria desigualdade e sujeição. Ora, as mulheres eram um desses órgãos. Enquanto tal conceção social não fosse desmantelada era impossível pensar e desejar para todos/as as mesmas oportunidades, pensar e desejar um mundo em que cada um/a pudesse escolher o seu papel social sem estar constringido/a pelo lugar que nele ocupava.

Paula da Graça não foi a primeira voz europeia ou sequer portuguesa a defender em texto publicado a igualdade de capacidades de mulheres e homens. Em Portugal, o pioneiro foi o Dr. João de Barros, em 1540, no seu *Espelho de casados*¹⁴. Além-fronteiras, e considerando apenas a autoria feminina, são bem conhecidas, entre outras, as opiniões de Christine de Pisan em 1404, Louise Labé em 1555, Marie de Gournay em 1622, Anna Maria van Schurman em 1659, Gabrielle Suchon e Mary Astell, ambas em 1700, todas apontadas como vanguardistas a nível mundial¹⁵. Note-se, agora, que as últimas foram contemporâneas de Paula da Graça e muitos anos iriam decorrer até surgirem as vozes de Olympe de Gouges (1791) e de Mary Wollstonecraft (1792), beneficiárias de toda a renovação de ideias proporcionada pelo Iluminismo e pelas grandes revoluções filosofo-socio-políticas dos Estados Unidos e, sobretudo, da França. Em Portugal, Paula da Graça foi a primeira de muitas vozes femininas que depois ousarão publicar, tanto nesse século XVIII¹⁶ como na primeira metade de Oitocentos¹⁷, a favor da dignidade das mulheres e melhoria das suas vidas. Assim, sumariamente contextualizado, não restam dúvidas sobre o pioneirismo da obra que temos em mãos.

¹³ *O livro feminista de 1715...*, cit., pp. 64-65.

¹⁴ Veja-se esta obra e o estudo introdutório no volume 3 desta Coleção.

¹⁵ Leia-se, Gisela Bock, *Le donne nelle storia europea*, Roma, Laterza, 2008 [2000], pp. 17-28; Scarlett Beauvalet-Boutouyrie, *Les femmes à l'époque moderne (XVe-XVIIIe siècles)*, Paris, Belin, 2003, pp. 191-198; Merry Wiesner-Hanks, *Women and Gender in Early Modern Europe*, Cambridge, Cambridge University Press, 2015 [2008], pp. 288-290; Séverine Auffret, *Une histoire du féminisme de l'Antiquité grecque à nos jours*, Paris, Éditions de l'Observatoire, 2018, pp. 241-254, 319-329.

¹⁶ Veja-se a recente síntese de Vanda Anastácio, "Feminism in Portugal before 1800" in Silvia Bermúdez e Roberta Johnson (eds.), *A New History of Iberian Feminism*, Toronto/Buffalo/Londres, University of Toronto, 2018, pp. 67-81.

¹⁷ Leia-se Elen Biguelini, "*Tenho escrevinhado muito*". *Mulheres que escreveram em Portugal (1800-1850)*, Coimbra, tese de doutoramento em História apresentada à Universidade de Coimbra, 2016.

Com a *Bondade das mulheres vindicada*, pela primeira vez em Portugal uma mulher – ou, no mínimo, alguém que se apresenta como mulher e fala em nome delas, o que também é pioneiro – insurge-se contra os discursos misóginos que delicias elites e povo, denuncia as condições em que vivem as casadas e, perante a desproteção social e jurídica que as envolve, retira a conclusão lógica de que é preferível que as mulheres se mantenham celibatárias. E tinha razão, porque, ao contrário do que tantas vezes se afirma, apesar de a lei vedar às mulheres direitos ao nível da instrução formal e o acesso a cargos civis, políticos e eclesiásticos, as solteiras não pertencentes às elites e com mais de 25 anos gozavam de direitos equivalentes aos dos homens da mesma idade e corpo social, detendo propriedade, capacidade plena de a adquirir por compra, doação ou herança, de a administrar, alienar, hipotecar, doar e testar, abrir negócios, aceder ao crédito, empregar criadagem, emprestar dinheiro, intentar processos judiciais que as visassem ou, num nível mais baixo, direito de se empregar e despedir, de mudar de residência ou de acusar.

Maria Antónia Lopes
Universidade de Coimbra